

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ÁFRICA: A DIFÍCIL TRANSIÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Vagner Gomes BIJAGÓ¹

RESUMO: Este estudo analisa a transição democrática na África, tomando como referência alguns episódios marcantes decorrentes desse processo na Guiné-Bissau. A pesquisa trouxe à tona os condicionantes verticalmente estabelecidos pelas instituições internacionais, a saber, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, para a abertura econômica e política no continente. Igualmente foram abordadas as dificuldades, os impasses, as vicissitudes que tornaram essas transições, em grande medida, dolorosas.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização. África. Guiné-Bissau.

Os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, também denominado revolução dos cravos, sinaliza a derrubada do regime salazarista e fascista Português, já nas mãos de Marcelo Caetano. Esse movimento libertou a população portuguesa do referido regime, mas o que a historiografia tradicional insiste em ofuscar e/ou negligenciar é a sua relação direta quase causal e umbilical entre os atores da revolução dos cravos e as chamadas ultramarinas portuguesas na África (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe). Com efeito, dentre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a Guiné-Bissau destaca-se como a espinha dorsal nesse processo. A difícil tarefa dos colonizadores em neutralizar o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), com baixas significativas, decorrente dos confrontos em suas colônias (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola), aliada à pressão internacional, começou a mexer com os sentimentos de alguns oficiais portugueses, notadamente daqueles que serviam nas colônias africanas, especialmente

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió – AL – Brasil. Professor do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia. vbijago@bol.com.br

na Guiné-Bissau. Para conter o avanço do PAIGC, o Estado Fascista português nomeou o general António de Spínola, em 1968, como governador de Bissau. Mesmo com a política populista carregada de propaganda e o slogan da “Guiné Melhor”, o general não obteve êxitos, em face de implacável robustez das estratégias nacionais e internacionais tecidas e engendradas por Amílcar Lopes Cabral² e o PAIGC. Como consequência imediata da revolução, Portugal reconheceu a independência de Guiné-Bissau no dia 10 de setembro do mesmo ano, mesmo tendo sido declarada unilateralmente por PAIGC em 24 de Setembro de 1973, processo que somente viria alcançar as demais colônias no ano subsequente. A seguir, tornaram-se independentes outras colônias: Moçambique, em 25 de junho; Cabo Verde, em 05 de julho; São Tomé e Príncipe, em 12 de Julho e Angola, em 11 de Novembro do ano de 1975.

Com efeito, Huntington (1994) chama atenção que essa é a terceira “onda” democratizante (em maior ou menor grau) nos diferentes continentes, as quais na África surtiram efeitos imediatos. Esses acontecimentos marcaram a descolonização da chamada África Portuguesa (Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe), em que no contexto pós-independência emergiram. No entanto, caracterizam-se como modelos de partido único, geralmente conduzidos sob a óptica de Estados personalistas que mais lembram ditaduras. Nesse sentido, o Partido-Estado, encarnando-se numa instituição e não numa organização, deixaria de cumprir o seu papel fundamental, que seria o de competir com outros partidos a partir de uma base social. Nesse sentido, adquire uma característica desvirtuada, transformando-se em “[...] força de natureza diferente daquela dos partidos, sejam eles compreendidos tanto na acepção moderna do termo como em sua acepção antiga.” (SELLER, 2000, p.22).

Gustavo Álvaro Junior et al. (1988, p.105) argumenta que nos anos setenta e oitenta, a África conheceu um autoritarismo sistemático cujas causas podem ser traduzidas em “desvios históricos” dos ideais da independência, relações econômicas desiguais com o ocidente capitalista, neocolonialismo e corrupção deliberada dos líderes políticos, entre outras características. Essas formas de governo fundadas no controle social excludente, na falta de liberdade de expressão, no clientelismo, na má gestão do que seja público e no favorecimento étnico ou de classe em detrimento do exercício de critérios universalistas teriam levado à agudização das condições socioeconômicas das populações e provocado a emer-

² Líder revolucionário, fundador do PAIGC e da nacionalidade bissau-guineense e cabo-verdiana. Filho de pais cabo-verdianos, nascido na Guiné-Bissau, dirigiu uma das mais bem sucedidas resistências contra o império colonial em África, com o projeto binacional de libertação da Guiné e Cabo Verde.

gência de vozes internas e externas em prol de uma nova ordem social, calcada em valores democráticos.

Por outro lado, surgiram manifestações dos parceiros ocidentais preocupados com a situação dos direitos humanos e da falta de acesso aos bens de primeira necessidade, como a educação, a saúde, o saneamento básico etc. Essas manifestações impulsionaram diversos países africanos a se mobilizar em torno de ideais democráticos, denunciando abusos dos governantes e funcionando como um contrapeso ao poder estatal. Estamos referindo-nos ao fortalecimento da sociedade civil em diferentes países africanos, representada pelos sindicatos, pelas diferentes organizações associativas, pelos grupos de pressão, por voluntários, grupos financeiros e religiosos, pela imprensa e demais instituições e organizações pró-democracia.

Nessa perspectiva, Gustavo Álvaro Junior et al. (1988) observa que os anos 1990 são de grande efervescência da sociedade civil africana, com o desenvolvimento de práticas democráticas e o estabelecimento de uma nova relação entre o público e o privado. Tais avanços não devem ser dissociados dos acontecimentos do ano de 1989, quando ocorre a queda do muro de Berlim, que estabeleceu uma nova ordem mundial. Desse modo, Cardoso (1996a, p.14) afirma que:

O processo de desmoronamento do sistema socialista europeu, seguindo-lhe de uma perda de credibilidade dos países que o representam, criaram as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir.

Nessa linha de raciocínio Chabal (1998) enfatiza que o movimento para a democracia na África resulta de uma combinação de dois fatores, internos e externos, íntima e causalmente imbricados. Do ponto de vista interno podemos citar duas causas imediatas, quais sejam: a continuação do aprofundamento da crise econômica e a consequente perda de legitimidade do partido único, que não foi capaz de proporcionar bases minimamente aceitáveis para garantir o bem-estar e/ou a sobrevivência da população. O partido único demonstrou-se incapaz de gerir adequadamente os Estados recém-independentes, levando-os a uma situação socioeconômica precária e a uma posição dependente na economia mundial.

Essa perspectiva analítica não negligencia outros países que demonstravam um desempenho econômico notável, como é o caso da Nigéria, Costa do Marfim

e Quênia. Ainda assim, de modo geral, em todos os países, a crise econômica causada preliminarmente pela crise dos preços de petróleo fez-se sentir. Como consequência desse arrefecimento do mercado mundial, a década subsequente foi marcada pela redução de produção, acarretando o colapso das receitas advindas da exportação. Esse quadro de déficit na exportação provocou um aprofundamento vertiginoso da dívida externa e, por conseguinte, aumentou a necessidade de ajuda externa (principalmente de gêneros alimentícios) no continente.

Com a falta de recursos, aliada ao aumento do descontentamento da população, os regimes de partido único enxergaram na repressão um meio para controlar a sociedade. Com efeito, a repressão funcionava como uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo em que causava medo nas populações, gerava custos econômicos e políticos, produzindo violência e, sobretudo, o desvio de recursos do país para fins repressivos, em detrimento do investimento com finalidades produtivas. A década de 1980 condensa o ápice da maior repressão e revolta no continente. Também aumentaram consideravelmente a oposição a tais regimes e às aspirações ao usufruto das promessas e conquistas de acesso aos direitos humanos e à expansão democrática (CHABAL, 1998).

No âmbito externo podem-se elencar três fatores, ainda que soem paradoxais, que contribuíram para o surgimento da democracia no continente, as quais são: uma perspectiva mais conservadora nas relações Norte/Sul no Ocidente; a introdução generalizada de programas de ajustes estruturais³ e o colapso do socialismo na União Soviética e no Leste Europeu. Quando falamos da perspectiva conservadora do ocidente, estamos remetendo necessariamente à era das administrações *Reagan* e *Thatcher*. As duas administrações interferiram na agenda da política externa, contribuindo para a diminuição do apoio à África e aos regimes de partido único. As democracias ocidentais liberais tornaram-se mais críticos em relação à conturbada experiência democrática no continente e às suas práticas qualificadas de repressivas e excessivas, sendo paradoxalmente confrontado por seus eleitores, nem sempre orientados por princípios democráticos, a não apoiar as ações dos governos africanos cujas práticas não coadunam com os princípios democráticos.

O freio acionado por parte do Ocidente de certa forma denunciou a sua indisposição em aceitar as reiteradas justificativas dos dirigentes africanos ou de seus interlocutores no Ocidente para explicar o fracasso de suas políticas. Por outro lado, a já citada crise econômica na África forçou seus governos a

³ Em relação aos efeitos sociopolíticos destes ajustes no país, observar: Monteiro e Martins (1996).

aumentarem cada vez mais a dependência diante do Ocidente. De modo geral, a configuração do sistema econômico global colocava os governos africanos numa situação de dependência ao Ocidente. Nesse sentido, o Ocidente começou a empregar as duras regras do jogo, chamadas de condicionalidades, para que os países africanos pudessem beneficiar-se dos financiamentos. Assim, os ajustes estruturais conduzidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) consistiram basicamente em quatro exigências fundamentais: 1) remover os obstáculos ao funcionamento da economia de mercado (a liberalização econômica); 2) reduzir as despesas do Estado, particularmente os gastos com a administração; 3) reduzir a inflação e estabilizar a moeda ao nível do seu valor real; 4) intensificar a exportação de produtos exportáveis e aumentar as receitas de exportação.

Outro fator não menos importante que levou os países africanos à democratização está relacionado à perda da centralidade da União Soviética e da Europa do Leste no cenário mundial. Com isso, o apoio que os aliados recebiam diminuiu drasticamente ou acabaram. Nesse novo cenário, Moscou passou a pressionar os seus aliados a buscarem soluções pacíficas diante dos conflitos com os quais a União Soviética estava de alguma maneira comprometida; a exemplo do Afeganistão e de Angola.

Os chamados PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa – que tinham uma ligação umbilical enquanto beneficiários da ajuda econômica financeiros da União Soviética, tiveram que procurar e costurar laços com o Ocidente. O fim da guerra fria consagrou a supremacia do mundo ocidental, que por sua vez passou a exercer mais pressão com vistas a reformas democráticas baseadas no modelo Ocidental. Por outro lado, a queda do comunismo no leste Europeu está relacionada ao descrédito da legitimidade do socialismo como programa político viável e desejável. Aliás, existem sobejas críticas por parte do Ocidente que aliam os partidos únicos na África ao socialismo e, dessa maneira, exigem reformas democráticas.

Desse modo, desencadearam-se movimentos em prol da democracia em diferentes países africanos e entre eles destaca-se o papel dos líderes religiosos cristãos de diferentes matizes. Eles ocuparam uma posição de destaque, denunciando as irregularidades e a violação de direitos humanos. No entanto, o ativismo da igreja católica em denunciar tais irregularidades não deve ser visto sob um viés unilateral e isolado, sob pena de ignorar os esforços feitos por outras entidades, ainda que de forma tímida. Em torno da ação da igreja existe todo um aparato religioso, moral e ético fundado no respeito aos líderes religiosos

por parte da sociedade. Ao se utilizarem desse poder simbólico secularmente estabelecido, tais líderes colocam os governantes numa posição constrangedora, com mínimas possibilidades de os revidarem ou retaliarem, uma vez que se trata, afinal, de uma entidade “idônea”, com respaldo nacional e internacional, restando aos governantes, frequentemente, como única opção, cessar as irregularidades de que são acusados.

As vicissitudes do processo eleitoral africano no contexto da transição

Com o compromisso de liberalização democrática, os partidos únicos de vários países africanos deram início à difícil tarefa de iniciar a abertura política a partir dos anos 1990. Os partidos tanto no poder quanto de oposição, que se multiplicaram após a liberalização política, não tinham experiências organizacionais necessárias, nos moldes democráticos e muito menos um entendimento do complexo processo democrático. Se de um lado a abertura democrática colocou um fim ao monopartidarismo em grande parte do continente africano, por outro abriu espaço para a proliferação dos partidos políticos, muitos deles sem mínimas estruturas de funcionamento, o que dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes o período eleitoral como o momento privilegiado de suas ações. Com o objetivo de garantir a imparcialidade e o bom andamento dos processos eleitorais, lançou-se mão dos observadores internacionais para auxiliar no referido processo, cabendo-lhes não somente o papel de fiscalizar, mas também de orientar o procedimento.

Um aspecto que, de modo geral, pesa negativamente no sentido de uma melhor funcionalidade das eleições está relacionado ao curto período de tempo em que se processam as campanhas de conscientização da população para o processo democrático até a votação. Nessa direção, Gustavo Álvaro Junior et al. (1998) salienta que nas eleições de 1995, em Benim, não ocorreram debates públicos pré-eleitorais e /ou nos períodos de campanha eleitoral, visto que o governo bloqueava todas as transmissões políticas e programas de rádio, alegando não serem de interesse nacional. Outro fator negativo foi a má gestão e a falta de infraestrutura logística que dê suporte às eleições, causando transtornos nos eleitores, como a abertura tardia das mesas de votação (ou simplesmente a não abertura das mesmas), a insuficiência de urnas, as confusões com os cartões dos eleitores, o desaparecimento de urnas, entre outros problemas identificados. Com efeito, Gustavo Álvaro Junior et al. (1998, p.133-134), afirmam que:

[...] Alguns dos problemas encontrados nas eleições da Guiné-Bissau e em Moçambique foram a ausência de material de votação em muitas mesas de voto, atrasos nos processos de registro e deficiências nas campanhas de educação dos votantes. Na Guiné-Bissau, por exemplo, um membro de PAIGC, levou pessoas pela mão, ensinando como e em quem deve votar. A falta de material de votação em muitas mesas de voto, o desaparecimento de urnas e a falta de pagamento, por parte do governo, de 124 mil dólares a uma firma de computadores que compilava dados para mesas de voto, contribuíram para os problemas administrativos.

As falhas e os excessos do poder levaram a uma crescente demanda por observadores internacionais⁴ nas eleições africanas, cujos objetivos eram zelar pela imparcialidade e pelo bom desempenho do processo eleitoral. Outrossim, não existe um consenso quanto aos observadores internacionais. Alguns setores os vêem como “jogadores intrusos”, gerando controvérsias em torno de suas participações.

Os observadores internacionais nas eleições africanas geralmente são compostos por membros das seguintes organizações: as Nações Unidas, a *Commonwealt*, a União Europeia e a Organização da Unidade Africana (OUA), devendo-se sublinhar que a participação das organizações africanas nesse processo ainda é tímida se comparada à das organizações europeias e norte-americanas. Falta-lhes o financiamento para a materialização da eleição e acabam exercendo papéis subalternos ou coadjuvantes, deixando o protagonismo com a ONU. A OUA fica à margem do processo, do qual deveria ocupar um papel central.

Gustavo Álvaro Junior et al. (1998) classificaram as eleições africanas em dois tipos, tomando como parâmetro comparativo os resultados eleitorais, incluindo os processos eleitorais que mudam ou que confirmam o regime. Nessa óptica, o primeiro caso é definido como resultado da vitória eleitoral a partir da qual um novo regime consolida-se no poder e efetua as reformas das forças armadas, desmilitarizando o poder.

No rol de experiências desse gênero, a contar desde 1989, 14 países passaram por tais processos, dentre eles, a título de exemplo, destacamos alguns: Benim (1991), Cabo Verde (1991), São Tomé e Príncipe (1991-1994), Zâmbia (1991) e África do Sul (1994). As eleições multipartidárias na Guiné Equatorial,

⁴ As demandas dos observadores internacionais não expressam apenas condicionalidades internacionais, mas também a vontade interna dos partidos democráticos na oposição, cujo objetivo era inibir fraudes e zelar pelo bom funcionamento do escrutínio, ainda que isso configurasse, por assim dizer, a necessidade de uma ingerência externa.

em 1993, resultaram da vitória da oposição face ao anterior regime do partido único que governava. E em 1994, no Malauí, os eleitores votaram no multipartidarismo tirando a hegemonia ao partido único.

O segundo caso é caracterizado pelo processo eleitoral que leva a reafirmação do partido único no poder. Nessa situação encontram-se 21 países reconduzidos, por forma a exemplificar, sublinhamos alguns: Angola, (1992), Burkina Fasso (1992), Costa do Marfim (1990), Djibuti (1993), Moçambique (1994) e Togo (1993 e 1994).

Mesmo com as dificuldades de internalização do espírito democrático por parte dos partidos e atores políticos, registra-se uma vontade popular em prol da legitimação da democracia. As longas filas durante o processo eleitoral demonstram a vontade popular de ter um governo eleito democraticamente, mas essa vontade popular, frequentemente, não é respeitada pelos governos. Os conflitos intrapartidários, os excessos classistas e os frágeis mecanismos de controle (poder judiciário, legislativo e a sociedade civil) mina as possibilidades de uma governança voltada para atender as demandas das populações, levando ao definhamento do Estado.

O Estado fundado em um governo mínimo denuncia o desvio dos ideais pelos quais lutaram para a descolonização dos seus países e/ou a insuficiência dos Estados africanos pós-coloniais em promover o desenvolvimento da sua população, desvirtuando os conceitos básicos da democracia de “boa governança”, transparência administrativa, conquista das liberdades civis e o fim das prisões arbitrárias. No entendimento de Tocqueville ([1977] apud GUSTAVO JUNIOR et al., 1998), a caminhada para a democracia deve ser entendida sob o ponto de vista da igualdade de condições, como a igualdade de direitos políticos e cívicos, a possibilidade de todos alcançarem as posições elevadas e acesso aos bens materiais.

De acordo com O'donnell e Scmitter ([1988] apud GUSTAVO JUNIOR et al., 1998), o processo de transição democrática leva-nos a pensar em três temas principais: a liberalização, a democratização e a socialização. A liberalização correspondente à primeira fase da transição, está relacionada à efetivação de certos direitos, como a liberdade de opinião, o direito de defesa, a liberdade de associação, a ausência de censura nos meios de comunicação social etc. Já a democratização está relacionada à participação efetiva das populações nas decisões, ou seja, ao exercício efetivo da cidadania, considerando-se direitos e deveres. Nesses termos, o que torna fiável a ideia da democracia são as garantias liberais da participação democrática, sem a qual estaríamos diante de uma construção

fantasiosa. Com efeito, uma democracia política consolidada implica, portanto, que a liberalização e a democratização reforcem-se mutuamente. A socialização, por sua vez, está relacionada à democratização das decisões nas empresas, escolas, fábricas etc. e à participação igualitária dos cidadãos nos bens e serviços gerados pela sociedade.

Chabal (1998) chama atenção sobre os debates em torno do processo de democratização em curso na África, demonstrando que estes têm resumido ou simplificado as discussões acerca de eleições. De um lado argumenta que, se as eleições são uma peça fundamental de qualquer processo democrático, de outro, não se deve perder de vista que a presente observação pode ofuscar processos de mudanças ou de continuidade política em curso no continente. O autor propõe uma reflexão sobre a democracia na África e faz os seguintes questionamentos: as eleições multipartidárias significam de imediato a democracia multipartidária? Nesse sentido, as eleições multipartidárias ocorridas na África garantem uma “idoneidade” democrática? Com esses questionamentos, é possível definir quatro instrumentos ou perspectivas analíticas através das quais podemos enquadrar e analisar a transição democrática na África, quais sejam: a perspectiva formal (procedimentos), institucional, cultural e histórica.

O estudioso observa que a perspectiva **formal** está atualmente no centro dos debates, por considerar os meios e os instrumentos práticos com os quais se estabelece o quadro democrático. Nessa perspectiva, o que é levado em consideração são os mecanismos para a mudança política e as eleições. As regras aqui observáveis dizem respeito às obrigações e direitos constitucionais que asseguram a manutenção do veredicto das urnas, no qual o derrotado abandone o poder em benefício do vencedor. Tais regras consideram a duração dos mandatos e as condições em que as eleições ocorrem e estabelecem a regularidade de mudança política do governo e da presidência por meio de eleições universais válidas.

O segundo aspecto, **institucional**, é considerado por Chabal (1998) como um elemento fundamental para a sustentação da ordem democrática e relaciona-se aos mecanismos que oferecem garantias para o exercício democrático: a competição entre os partidos sem nenhum impedimento, assegurando-se o direito de registrar o partido, a liberdade de expressão, o direito de reunião e de manifestação, o direito de fazer campanha e o financiamento justo de campanhas eleitorais. Ademais, as eleições devem ser consideradas livres e justas por todos os envolvidos no processo. Ainda assim, tais aspectos procedimentais podem camuflar a transição democrática sob o manto de elementos meramente rituais. Aliás não faltam exemplos tanto na África quanto fora dela que denotam este

artifício. Tais experiências tem demonstrado que as eleições democráticas podem ser um meio através do qual um Partido-Estado substitui outro. Não obstante, a transição para a democracia em qualquer país do continente não é garantida por simples processo eleitoral e exige mais que isso, sob pena de se valerem das eleições como um meio travestido para a manutenção e reprodução das práticas autoritárias. Muda-se a forma e mantém-se o conteúdo.

É no intuito de focar a correlação de forças entre as instâncias em jogo que Chabal lança mão da abordagem **institucional** com ênfase nas relações dos corpos constituintes do sistema político. Portanto, está a referir-se à Constituição enquanto ordenadora das condutas das pessoas físicas e jurídicas, sem exceção, pois sem uma Constituição e um sistema jurídico independente torna-se difícil falar em democracia. Para tanto, Chabal (1998) sugere três mecanismos básicos institucionais que auxiliem o seu funcionamento: 1) um sistema de representação, 2) um parlamento funcional e 3) um sistema de prestação de contas; ou seja, uma adequada *political accountability*. Esses mecanismos, por sua vez, esbarram nos modos operantes vigentes nas sociedades africanas, nos quais a tendência é supervalorizar perspectivas coletivistas em detrimento das individuais. As identidades regionais, étnicas e religiosas tendem a exacerbar-se, com a forte possibilidade de personificar-se em vez de se universalizar, em decorrência das lógicas e visão de mundo assentes na coletividade e em lideranças tidas como incontestáveis. Se partirmos do princípio de que a teoria democrática formal pressupõe a necessidade de existência de um sistema democrático universal, tal cenário não encontra respaldo suficiente nessas sociedades, uma vez que as suas representações advêm dos sentimentos particulares, calcados no pertencimento étnico, regional ou em afinidades pessoais⁵.

Diante do exposto, é pertinente postular a necessidade de independência entre os poderes. Como falar da funcionalidade da Justiça e da Assembleia sem interferências do Executivo? Encontramo-nos diante de um dilema: de um lado o parlamento e a justiça devem estar munidos de mecanismos que garantam a prestação de contas do governo de forma independente; por outro, caso isso não ocorra, o parlamento deve desenvolver mecanismos constitucionais para evitar a prática de excessos. Não é menos verdade que o que se verifica é um ceticismo em relação aos governos africanos em aceitarem as implicações de uma prestação de contas ao parlamento. Os partidos africanos que venceram as suas primei-

⁵ Com isso não queremos afirmar que práticas similares não ocorram em outras democracias ditas avançadas, mas, apenas evidencia-se a tamanha proporção que estas representam no continente africano.

ras eleições multipartidárias necessitam de um parlamento funcional com uma oposição ativa e independente. Caso contrário, o novo governo transforma-se em outro governo de partido único (CHABAL, 1998).

Pode-se lançar mão também de outra abordagem, cuja tônica centra-se na condição cultural endêmica, ou seja, compreender o fazer político nessas sociedades dentro das suas lógicas culturais, sem submetê-los a um julgamento comparativo eurocêntrico. São pertinentes as observações de Bratton e Walle, que consideram os processos de transição como sendo condicionados pelo patrimonialismo, que coexiste na complexa cultura política e democrática em construção e quase sempre se sobrepõem às instituições legais (BRATTON; WALLE, [1997] apud AUGEL; MEYNS, 2002). Essa tendência parece mais característica das democracias africanas, nas quais as lógicas paternalistas, clientelísticas e de compadrio parecem inerentes às suas instituições a ponto de não mais causarem algum tipo de estranhamento às suas populações, visto que estão profundamente impregnadas no imaginário social.

Mesmo com o reconhecimento desses dilemas, Bratton e Walle acreditam na consolidação da democracia na África. Já numa perspectiva mais cética, Chabal e Deloz problematizam as teorias da democratização na África, que apontam quase sempre para uma transição nos moldes europeus. Tal estudo negligencia uma análise que pudesse fornecer subsídios de como o continente funciona de fato, já que faz uma análise comparativa entre a democracia na África e na Europa, levando à simplificação de suas realidades. Diga-se de passagem, as próprias concepções de Estado Nacional são extraídas das experiências europeias, marcadas por uma maior integração cultural e étnica de suas populações, e universalizadas para o contexto africano, sem, contudo levar em consideração as particularidades desse contexto.

Para Chabal e Deloz, o discurso da democratização apresenta-se como sugerido ou até imposto à realidade dos países africanos, cujo modelo político central é europeu. Desse fato sucede que os regimes decorrentes da transição democrática acabam assumindo as mesmas atitudes do partido único ou espelham pura e simplesmente comportamentos praticados pelos próprios colonizadores. Essas observações levaram os referidos autores à constatação de que o patrimonialismo é um elemento central da política africana, a partir da qual se firma a suspeição de que a experiência administrativa colonial tenha de fato se desgarrado das tradições posteriores e bloqueiem o surgimento de bases seguras para a consolidação do processo político-institucional após a independência (CHABAL; DALOZ, [1999] apud AUGEL; MEYNS, 2002).

Os autores inauguram um olhar específico sobre a transição democrática na África, implícito na ideia de “retradicionização” da sociedade ou a africanização da política. Entretanto, essa análise colide com a perspectiva trazida por Mamdani ([1996] apud AUGEL; MEYNS, 2002, p.16), no seu estudo sobre “as bases institucionais do estado pós-colonial”, a partir do qual compreende que “mais do que qualquer outra coisa a forma do Estado foi cunhada pela experiência colonial africana”, lançando assim a teoria do Estado bifurcado. No seu entendimento, a sociedade africana organizou-se de maneira diferente nas zonas rurais em relação aos aglomerados urbanos, representando duas formas de poder sob uma única autoridade hegemônica. Dessa forma, o poder urbano carregava consigo as aspirações da sociedade civil e dos direitos dos cidadãos, enquanto que o poder rural carregava consigo a linguagem da comunidade e da cultura. O poder civil reivindicava a proteção dos direitos e é compreendido como organizado segundo critérios de diferenciação, com o intuito de controlar a concentração do poder, ao passo que o poder tradicional concentrava-se em reforçar os laços tradicionais, sob as bases da fusão para assegurar a autoridade monolítica (MAMDANI, [1996] apud AUGEL; MEYNS, 2002). No entendimento de Mamdani, o colonialismo se valeu das partes das tradições africanas, impondo-lhes como pretensas as suas tradições, mas na realidade recriaram novas formas, inexistentes no seu passado. Como consequência, ter-se-ia cristalizado uma realidade que ainda influencia a África pós-colonial. Com efeito, ele afirma:

[...] mesmo tendo abolido a escravidão formal, o colonialismo cristalizou, formalizou e estruturou toda uma gama de restrições à liberdade que os estados conquistadores do séc. 19 tinham desencadeado, com o único intuito de generalizá-las. Da tradição africana, os estados coloniais tomaram uma prática muito difundida e consagrada pelo tempo, mas exercida por um poder descentralizado, e liberaram esse poder das restrições representadas pelos outros chefes e pelo povo. Dessa forma, eles formaram as bases de um despotismo descentralizado. (MAMDANI, [1996] apud AUGEL; MENYS, 2002, p.15-16).

Mamdani sustenta que a tarefa principal da democratização deve buscar superar o abismo criado no seio da sociedade pelas instituições estatais. Essa busca deve levar em consideração que a herança colonial não pode ser descartada como coisa do passado, mas incluída na luta por caminhos que favoreçam o pro-

cesso de democratização. Nessa linha de raciocínio, Bratton e Walle argumentam que, por mais diferenciados que sejam os percursos e os resultados das transformações desencadeadas pelos cidadãos africanos, no sentido de cobrarem de seus governantes o zelo pelo bem comum, significa em última instância uma busca pela democracia. Esse entendimento é visto com muitas ressalvas por Chabal e Deloz, que reconhecem em tais afirmações as políticas e as metas eurocêntricas impostas à realidade africana.

Com efeito, Chabal e Deloz sugerem tratar-se aí mais de uma discussão pautada em responsabilidades e cobranças de obrigações políticas (*political accountability*) do que propriamente pautada em aspectos substanciais da democracia. Ou seja, eles consideram que seria mais significativo se os africanos soubessem que seus dirigentes políticos podem ser responsabilizados pelos seus atos através dos procedimentos considerados legítimos, do que se limitassem a participar dos rituais formais da democracia multipartidária. Percebemos que Chabal trabalha numa óptica mais endêmica, distanciando-se das teorias acima referenciadas, buscando sempre uma explicação dentro da própria realidade africana, a ponto de falar em “responsabilidade clientelista”. Por outro lado, essa afirmativa não teria respaldo empírico, uma vez que após a independência, a África só funcionou para uma pequena elite política dominante, enquanto que grande parte da população sofria em virtude da miséria econômica e dos desastres das guerras civis. Parece-nos que essa observação aproxima-se mais da teoria defendida por Mamdani sobre as deformações ou a degradação das tradições africanas através das interferências coloniais. Por outro lado, Chabal e Deloz reconhecem, igualmente, que a tensão crescente da sociedade tende a suscitar manifestações que levam à mudança. Dessa forma, os enfoques teóricos divergentes ajudam-nos a espelhar melhor as diferentes nuances da realidade em debate. As teses divergentes chamam atenção para o perigo de uma busca da originalidade ou de um suposto puritanismo das tradições africanas. Parece-nos que é de todo prudente insistir na ideia do hibridismo cultural calcado numa síntese assimétrica,⁶ a partir da qual a cultura africana assume uma posição de “estar sendo”.

⁶ Chamamos de síntese assimétrica o resultado da fusão, na cultura africana, de elementos tradicionais e europeus. Ainda que se perceba a prevalência dos modos africanos de ser e de estar, não se anula por completo os traços eurocêntricos na relação do Estado pós-colonial e a sociedade, até os nossos dias. A esses traços chamamos da relação assimétrica ainda vigente. Logo o “estar sendo”.

A Guiné-Bissau e a sangrenta travessia para a democracia

Antes de adentrar, de modo mais pontual, no processo democrático interno bissau-guineense, é de todo importante tecer algumas observações sobre os países africanos da língua oficial portuguesa e, dentre eles, em especial a Guiné-Bissau.

Por serem ex-colônias portuguesas, esses países experimentaram processos semelhantes, em maior ou menor grau, do ponto de vista da administração pós-colonial e do processo da transição democrática, mesmo com ressalvas em relação ao caso de Cabo Verde e de São Tomé. Os países experimentaram uma administração pós-colonial assente no monopartidarismo, todavia os laços e os anseios pela independência contra o mesmo colonizador, bem como o desenvolvimento de estratégias conjuntas para a descolonização, deixaram neles marcas profundas e significantes, pois se reconhecem mutuamente em virtude dos resquícios da violenta opressão emanada pela cultura lusitana.

Do ponto de vista da transição democrática, temos, no entanto, uma equação que não espelha homogeneidade entre os cinco países, aliás, podemos agrupá-los em três e dois, ou seja, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique como países cuja experiência assemelha-se e, por outro lado, a semelhança entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Daí perguntarmos quais seriam os elementos envolvidos ou a configuração das sociedades e o processo levado a cabo durante o processo da independência que podem ter contribuído para esses se configurarem de tal maneira? Essa equação parece apontar para pistas em duas situações complementares. Primeiro, pode estar ligada ao processo da formação desses Estados e, segundo, às formas e aos mecanismos utilizados para a conquista da independência. Novamente esbarramo-nos nas perspectivas teóricas antagônicas de Chabal e Deloz e as de Mamdani. Como salientamos acima, para os primeiros a cultura africana influenciou mais fortemente o processo de desenvolvimento dos países africanos do que o seu passado colonial e as características daí advindas; o segundo, Mamdani, sublinha o contrário, afirmando que o que determina os modos de ser e de estar dos povos africanos têm as suas explicações no modo de colonização portuguesa.

Parece que, nesse caso em particular, estamos diante de um problema enfrentado por Giddens (1989) a propósito da dicotomia entre estruturalistas e hermeneutas, objetivistas e subjetivistas, estrutura e ação nas Ciências Sociais. No bojo desse debate, dois autores da sociologia clássica colocam-se como emblemáticos, notadamente Durkheim (1999) e Weber (2001). Se, de

um lado, Durkheim entendia que a estrutura, a sociedade, a moral sobrepõem-se aos indivíduos e exercem um poder coercitivo sobre eles, Weber, de outro, compreendia os indivíduos como agentes que atuam sobre as estruturas, levando-as à transformação social, instalando-se, dessa forma, uma quebra da dicotomia entre estrutura e ação.

Com o objetivo de colocar em diálogo a relação dicotômica acima referida, Giddens desenvolveu a sua teoria da estruturação, demonstrando que os dois polos se inter-relacionam e configuram uma via de mão dupla, duas faces da mesma moeda, resultando, pois, da articulação entre estrutura e ação o que ele denominou **estruturação**. Do mesmo modo, as duas tendências explicativas dicotomizantes propostas pelos referidos autores, no âmbito de suas reflexões sobre o processo de democratização na África, parecem-nos mais próximas de fundirem-se e transformarem-se em uma síntese do que, de fato, qualquer forma de supervalorizar uma em detrimento da outra. As culturas africanas e as suas dinâmicas políticas demonstram que estamos diante de uma realidade híbrida e qualquer tentativa de reivindicar a “pura africanidade” ou a pura “lusitanidade” leva-nos a uma interpretação redutora. Portanto, talvez o mais sensato fosse postular uma síntese dialética das duas formas culturais, refratadas por um constante jogo de interesses que produzem situações assimétricas em instável equilíbrio, de acordo com o contexto e a conjuntura observada.

Pode-se afirmar que o acontecimento ocorrido em 17 de Outubro de 1985 em Guiné-Bissau seja o marco fundamental para uma manifestação política organizada, no qual, Paulo Correia, primeiro vice-presidente e ministro da Justiça, e Viriato Pá, ex-procurador geral da República, foram acusados de um alegado golpe de Estado, que teria como objetivo derrubar o governo de Vieira. Em decorrência desse fato foram acusadas outras cinquenta pessoas que foram detidas, sendo entre esses doze, acusados de mentores intelectuais condenados à morte, incluindo as duas figuras que mencionamos anteriormente (Paulo Correia e Viriato Pá).

Diante da iminência da execução dos condenados, o presidente João Bernardo Vieira Nino desobedeceu aos pedidos da comunidade internacional e de personalidades e organismos internacionais, como, por exemplo, do Papa João Paulo II, do presidente Português Mário Soares e da anistia internacional⁷, que procuraram intervir para impedir a consumação da sentença, mas sem sucesso (Cf. MENDY, 1996). Esse acontecimento teve repercussão negativa

⁷ Dos doze homens que foram condenados à morte, foram executados seis.

nacional e internacional, gerando críticas de diversas ordens que apontavam para a necessidade da liberalização democrática. Desse modo, pode-se dizer que tais críticas engendraram um ambiente favorável para a criação dos partidos políticos Guineenses, como é o caso do Movimento Bafatá (RGB-MB), fundado pelo Dr. Domingos Fernandes Gomes em Portugal, em 27 de julho de 1986 e legalizado em 1991. Nesse mesmo ano, deu-se também a legalização do FLING, movimento rival ao PAIGC, que lutava pela independência pacífica da Guiné Bissau, liderado por François Kankola Mendy desde a sua fundação, em 1962 (MENDY, 1996).

No campo econômico, o país encontrava-se numa situação altamente subdesenvolvida com um baixo nível de atividade agrícola e com um setor industrial atrasado. A economia colonial da Guiné era, como em outros contextos colonizados, essencialmente rural e regida por mecanismos protecionistas que asseguravam o controle das atividades econômicas e o monopólio do comércio externo por companhias portuguesas. Os produtos extraídos eram o amendoim, o óleo de palma, os derivados do coco, a borracha e o algodão. Os anos de luta significaram também a destruição das estruturas de sobrevivência no campo, como dos diques, importantes para a estrutura produtiva do arroz, levando ao fim das atividades ligadas à agricultura e ao comércio, que engajavam a grande maioria da população provocando êxodo rural crescente (MENDY, 1996).

O país tornou-se um espaço por excelência para a combinação de fatores negativos, como o alto índice de desemprego e de subemprego. Nesse sentido, é razoável fazer uma ligação entre as lutas internas dentro do Partido-Estado e a debilidade econômica do país. O aguçamento da crise econômica levou o Partido-Estado (PAIGC) a adotar as rigorosas medidas impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional com vistas aos ajustes estruturais da economia. Essas medidas tinham como meta a liberalização econômica e política do país, de modo a garantir a suposta abertura de caminhos para o pluralismo democrático.

A análise da implementação de tais dinâmicas não pode de forma alguma negligenciar o favorável contexto internacional para uma virada de página dos países recém-independentes de tendência socialista, como é o caso da Guiné-Bissau no período. A queda do muro de Berlim em 1989 foi um marco inaugural de uma nova forma de organização social, principalmente na África, Europa do Leste e Ásia. Com efeito, pode-se afirmar o caráter paradoxal desses movimentos de pressão internacional, que de um lado reforçaram estruturas econômicas dependentes e de outro obrigaram o Partido-Estado a aderir ao

pluripartidarismo, com o compromisso de garantir a funcionalidade das instituições democráticas.

Em 1994 ocorreu a primeira eleição, com a participação de doze partidos, tendo sido o PAIGC o mais votado, ou seja, o ex-Partido-Estado foi reconduzido ao poder⁸, comandado por Nino Vieira, General e comandante supremo das forças armadas. A expectativa da população e da comunidade internacional em relação ao governo eleito era que ocorresse a despersonalização das instituições, que deveriam passar a ser pautadas sob regras democráticas, mas isso não ocorreu. O Partido continuou com as formas autoritárias e de ingerência nos poderes legislativo e judiciário e a censura aos órgãos de comunicação social, minando assim qualquer forma de convívio democrático. As práticas autoritárias, sob outras roupagens, somadas aos conflitos intrapartidários com a finalidade de atingir o poder, rememoram um passado colonial e a fraca institucionalização do Estado democrático, que, aliás, pode ser percebida como um terreno fértil para o desencadeamento dos conflitos políticos militares com contornos étnicos.

Não obstante, parece-nos que já se apresentavam tais dificuldades do ponto de vista de um projeto nacional entre o PAIGC e os partidos da oposição desde o início da abertura política. Esse intrincado processo para a abertura democrática mereceu a atenção de Cardoso (1996a), aliás, a sua análise apontava para a complexidade desta situação, em artigo cujo título, “A Transição Democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil”, denota emblematicamente sua preocupação diante do sinuoso cenário. Segundo ele, existiam contradições internas no seio do Partido em relação à adesão à democracia, pois a ala conservadora do PAIGC tinha preocupação com a manutenção do *status quo* e era cética em relação aos fatores inesperados que a abertura poderia trazer, entre estes os perigos relacionados ao contexto socioeconômico, político e cultural da África, diferentemente da Europa. Esses aspectos diferenciais eram vistos como favoráveis à geração de tribalismo e de guerra civil.

Outra corrente no seio do Partido, os chamados renovadores, mostrava-se disposta à abertura democrática. Estes faziam parte fundamentalmente da nova geração do Partido que chegava dos estudos no exterior, conhecidos por “121”. Eles redigiram uma carta exigindo a democratização interna do Partido, de modo a estabelecer o diálogo com as formações políticas emergentes e a definir uma linha política clara que permitisse restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes. Entretanto, estas reivindicações não foram atendidas de imediato.

⁸ A eleição foi considerada pelos observadores internacionais como livres e justas.

Tiveram que contar com o apoio da sociedade civil e das forças políticas para, no entanto, dar início à sua aprovação de forma tímida e demorada. Em maio de 1991, a Assembleia Nacional Popular efetuou uma revisão pontual na constituição, eliminando o seu artigo 4º que consagrava o PAIGC como a única força dirigente, mas por outro lado não foram criadas outras leis que garantissem o exercício da democracia, engendrando deliberadamente um impasse institucional cujo objetivo era atrasar a transição. A consequência disso foi a agudização das tensões políticas existentes. Assim, Cardoso afirma que:

Apesar dos discursos pomposos como o do presidente da Assembleia Nacional Popular afirmando “apostamos no multipartidarismo como uma das forças mais avançadas da democracia, garante de uma vida coletiva organizada e eficiente, assente no princípio de valorização das liberdades individuais, igualdade e solidariedade”, a situação no seio do PAIGC continuava a deteriorar-se [...]. O relacionamento entre o partido no poder e as forças da oposição emergentes era de grande críspação, receando alguns até que a situação descambasse numa confrontação armada. A título de exemplo podiam citar-se os confrontos físicos entre militantes do PAIGC e os da Resistência de Guiné-Bissau (RGB) - Movimento Ba-fa-tá que houve no dia 14 de junho em Gabú, a quando do comício de inauguração da sede deste partido. (CARDOSO, 1996a, p.28).

Em linhas gerais, esse era o ambiente político no qual se deu a abertura política. E foram nessas condições que se efetuaram as primeiras eleições, como frisamos acima. Mesmo com as censuras por parte do governo reeleito, não se pode negar que ocorreu uma mudança nas instituições, possibilitando uma razoável convivência com o novo momento político que se instaurou, suscitando igualmente uma manifestação de outros grupos sociais quase invisíveis. O que demonstra por outro lado, que as forças sociais emanadas da sociedade civil, ainda que estivessem organizadas, sentiam-se ameaçadas de sofrerem represálias do Partido-Estado por manifestarem suas posições.

No entanto, percebeu-se que o multipartidarismo trouxe consigo não apenas a “liberdade de opinião”, a possibilidade de se criar outros partidos, bem como a alternância do poder ou a alternativa de contestar a performance do governo calcado na constante luta pelo poder. No caso guineense, essa luta, como demonstram os sucessivos conflitos político-militares focados por esse trabalho, era e continua sendo uma luta fundamentalmente acirrada entre a elite

governante e a elite alternativa. De acordo com a teoria das elites, existem duas possibilidades para pôr fim a esses conflitos: ou a absorção da elite alternativa ou a sua eliminação. Normalmente a segunda costuma ser preferida dos governantes; práticas que remontam aos tempos do Partido único, que ainda persiste após as “ondas” de democratização nos sistemas democráticos africanos, e a Guiné não foge a essa regra (CARDOSO, 1996a).

Se nas primeiras eleições o PAIGC foi reconduzido ao poder, nas segundas eleições foi derrotado pelo Partido da Renovação social (PRS), um partido com fragilidades estruturais, escassez de quadros para a formação do governo e falta de experiência político-administrativa. Para assegurar a governabilidade, o PRS fez coalizão com a Resistência da Guiné-Bissau (RGB), que foi o segundo colocado nas eleições, constituindo-se um governo de base alargada, reduzindo significativamente a influência e a participação do PAIGC no governo. Ainda assim, a coligação governamental do PRS com a RGB foi de curta duração, pois logo surgiram as divergências em torno do presidente da Assembleia Nacional Popular, cargo que o líder da RGB, Helder Vaz, gostaria de ocupar e desse desentendimento seguiu-se a cisão (NÓBREGA, 2003).

A vitória do Partido da Renovação Social (PRS) deve encontrar explicação causal no conflito político militar desencadeado no dia 7 de junho de 1998, por uma Junta Militar, composto inicialmente por veteranos da luta de libertação nacional, liderado pelo ex-Chefe de Estado Maior das forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané. Esse evento ganhou contornos internacionais, no qual participaram os militares da vizinha república do Senegal e de Guiné Conacri. O reforço militar estrangeiro para apoiar o presidente da república, João Bernardo Vieira, foi compreendido pela população local como a violação da soberania nacional e gerou um sentimento nacionalista muito forte, traduzido num apoio incondicional às forças revoltosas da Junta Militar.

Um movimento que tinha começado como uma reivindicação, rapidamente, ganhou contornos de um movimento armado para expulsar o presidente da república, legitimado pela maioria da população. O teatro de guerra foi marcado por perdas humanas de ambos os lados e da população civil desamparada, que procuraram regiões interioranas por forma a poupar suas vidas daquele fatídico 7 de junho, que durou 11 meses, até 1º de maio de 1999. O conflito culminou com a vitória da Junta Militar e o presidente exilado em Portugal. Esse acontecimento marcou profundamente a vida da população, que talvez tenha impactado na escolha por outro partido como forma de protesto e de mudança daquele que sempre governou o país desde a independência. Aliás, o aludido gol-

pe ainda reverbera até os dias atuais e é de se lembrar que, desde então, nenhum governo eleito democraticamente terminou o seu mandato, já que todos foram interrompidos via golpe militar.

As recorrências em interrupções de governos via golpe militar, sinaliza uma sociedade altamente desigual e traumatizada, acenando para um debate nacional de cura das feridas, de reconciliação e perdão. Experiência bem documentada pela professora Laura Moutinho, no seu artigo sobre “Danos, Dores e Reparações”. Dando conta do processo Pós-*Apartheid* na África do Sul, analisando o Movimento da Regeneração Moral (MRM) e a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), seus limites e avanços no processo de refundação da ordem moral naquele país, que se apresentou como um exemplo de sucesso para o mundo. (MOUTINHO, 2012). Dentre as questões fundamentais para a reconstrução nacional na Guiné-Bissau, urge um debate nacional sobre a verdade e reconciliação em função dos abusos, mortes e violências de toda sorte, com traumas que reverberam até hoje nos diferentes ambientes. Esse dado não deve ser percebido como algo residual, e sim, de fundamental importância para o país encontrar o seu caminho.

Retomando o debate anterior, sobre a questão política e governativa, como já era de se esperar, o governo constitui-se fundamentalmente de políticos com pouca experiência governativa, incluindo o próprio líder do governo. Esse despreparo não se restringe apenas ao governo, também se estende ao parlamento, onde a grande maioria dos deputados eleitos apresenta um fraco nível acadêmico e da experiência política, o que reflete negativamente nas discussões, pois dificilmente conseguem acompanhar os trabalhos, encaminhamentos dos processos, “dossiês”, e/ou votar com razoável conhecimento do assunto. De ponto de vista da manutenção do poder, o executivo até se sente confortável em ter um parlamento cujos deputados apresentam déficit de compreensão das suas funções, acarretando o não controle político destes sobre o governo, uma vez que estão desprovidos de conhecimentos técnicos para tal, assim como para as demais prerrogativas que lhes são incumbidas.

Corroborando esta observação, Cardoso, ([20-]) argumenta que a liberalização econômica e a conseqüente abertura política coroada pela realização das duas eleições pluripartidárias e, tendo a última desembocada numa alternância de poder, criou condições para certo rejuvenescimento da elite política. Salienta, porém, que esse rejuvenescimento não foi capaz de transformar-se numa nova forma de fazer política, decorrendo daí que o processo de formação da elite política emergente seja marcado por características que em muitos casos asse-

melham-se ao regime dos partidos únicos outrora combatidos. As reproduções das lógicas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas por parte dos partidos de oposição que assumiram o poder revelam duas tendências que se complementam: de um lado, derrubam qualquer discurso que professavam quando ainda se encontravam na oposição (não à corrupção, ao autoritarismo e defesa do zelo pela coisa pública e por uma administração responsável etc.); por outro, demonstram a ausência ou/e falta de interiorização de uma cultura democrática, tendo a experiência autoritária do partido único (PAIGAC) como o único parâmetro comparativo e norteador das suas práticas políticas.

Desse modo, criou-se um ambiente desfavorável ao diálogo profícuo voltado ao interesse da nação. Do ponto de vista da relação entre os partidos, costumavam-se registrar as ofensas mútuas entre a oposição e o governo, um dos exemplos que evidencia tais práticas foi a acusação do Presidente da República, no ano de 2000, a alguns partidos da oposição, chamando-os de frustrados, parasitas sanguínários, mercenários e descontrolados. Esse clima de ofensas pessoais e institucionais carrega consigo outras arbitrariedades, como as prisões ilegais dos jornalistas e dirigentes partidários em pleno exercício do mandato de um governo eleito “democraticamente”. Possivelmente, o mais preocupante dessas arbitrariedades seja a combinação quase que linear da base da pirâmide ao topo; isto é, os partidos ou governos têm dificuldades em desenvolver um comportamento democrático. Os próprios líderes partidários têm enorme dificuldade em introjetar os valores democráticos, aliás, uma boa parte dos partidos centra-se na figura do seu líder, desprovidos de uma base social expressiva; as relações intrapartidárias resumem-se quase que invariavelmente ao cumprimento escrupuloso do que o líder decide. O fato de o líder exercer um absolutismo democrático⁹ e encontrar ressonância na relativa obediência por parte dos militantes, é de algum modo revelador de uma relação causal em que os demais membros do partido efetuam um cálculo matemático em relação a perdas e ganhos caso desafiem o líder. Geralmente, preferem o silêncio ao embate, sob pena de sanções e até expulsão do partido. Ao gerar esse clima da ditadura de consenso, silenciam-se as vozes dos demais membros do partido.

Quanto à estrutura dos partidos, observa-se que funcionam com muita deficiência¹⁰ e a luta pelo poder transforma-se numa luta entre os líderes polí-

⁹ Chamamos de absolutismo democrático a forma travestida com que se processa o discurso democrático e a prática autoritária dos partidos e governos.

¹⁰ Os partidos têm enorme dificuldade em manter suas sedes funcionando regularmente; muitos partidos se apresentam tão somente no período da campanha, e aqueles que conseguem funcionar fixam-se na capital; as representações

ticos, em uma clara demonstração de *matchundadi* (virilidade). O PRS pode ser citado como o partido em que essas práticas apresentam-se com mais vigor, no qual seu líder fundador Koumba Yala possui maior capital simbólico que o próprio partido. Ainda em relação a essa personificação do poder na figura do seu líder, o Ex-Primeiro Ministro do governo da Unidade Nacional, Francisco Fadul, citado por Nóbrega (2003, p.13) observa que:

A maioria dos partidos são frequentemente, propriedade quase que privada, ou seja, projetos de poder pessoal. Todos os partidos da Guiné, começam por ser partidos de dono. Todos eles têm um patrão que é aquele que coloca lá algum dinheiro para fazer funcionar a máquina e que, por isso, se sente o dono. Se alguém não gosta da sua atuação, só tem é que abandonar o partido.

A prática do silêncio pode estar calcada numa consciência discursiva que encontra naquela as alternativas que possibilitem galgar um espaço maior no seio do partido e no governo, sem precisar necessariamente, de forma arriscada, confrontar-se com o líder. Esse cálculo matemático de perdas e ganhos remete-nos à velha máxima maquiaveliana, em que os fins justificam os meios. Entretanto, registraram-se casos em que a luta pelo protagonismo é levada à última consequência dentro do mesmo partido. Estamos nos referindo a dois episódios semelhantes, um aconteceu com a RGB e outro com o PAIGC. No primeiro caso, a disputa girava em torno de uma polarização interna pela assunção do cargo diretivo durante o III Congresso dessa formação política, que se realizaram as vésperas das eleições de 1999. O que acabou por fragmentar o partido prejudicando significativamente a sua imagem junto a militantes e simpatizantes, tendo como respaldo as dissidências que culminaram na criação de novos partidos, como é o caso do Partido Social-Democrata.

No caso do PAIGC, as disputas internas giravam em torno da nova safra de militantes chamados “Renovadores” e os veteranos chamados de “*Firkidja*”¹¹ que advogavam a continuidade da liderança do Nino Vieira no Partido. No entanto, acusavam os renovadores de insultos ao presidente do partido. Essa

nas regiões interioranas é quase inexistente, salvo raras exceções.

¹¹ *Firkidja* significa, em crioulo, aquele que sustenta. Os paus que sustentam a estrutura de uma casa (palhota) são chamados de *firkidja*. Desse modo, os veteranos quiseram demonstrar aos renovadores que são eles que sustentam o partido.

polarização acabou por enfraquecer o partido e levá-lo a uma situação que abrisse precedentes para os sucessivos golpes militares no país.

No que se refere à base social dos partidos, esta parece de difícil identificação, ou seja, não apresentam uma uniformidade na sua composição. O PAIGC é composto por camponeses, assalariados urbanos e outras posições; uma amostra do III Congresso constata que 10% eram camponeses, 9,7% assalariados, 73% com formação média e superior, enquanto que 0,3% eram estudantes (CARDOSO, [20-]). Esses dados revelam um fato curioso no seio da base social do PAIGC, que evidencia a quase não participação dos estudantes (jovens) no seio do partido. Essa constatação parece ser válida para a grande maioria dos partidos, reforçando uma tendência tradicional secular arraigada nas sociedades africanas de entender que os jovens não são capazes de participar das grandes decisões da vida política nacional. Isso se combina com certa ética da sociedade guineense, que tende a excluir os mais novos das decisões, ditos de *garandes* – dos mais velhos ou de conselho dos anciões –, reservando-lhes apenas a execução das tarefas.

Talvez na tradição de exclusão dos jovens das esferas decisórias repouse a explicação para a derrota do Partido Convergência Democrática (PCD) nas primeiras eleições de 1994. Tratava-se de um Partido com significativo quadro jovem e considerável penetração em mais de 70% das *tabancas* (vilas), sendo o único partido da oposição a manter uma imprensa regular e um discurso de mudança, angariando a simpatia da juventude e da sociedade de modo geral. Desse modo, todas as projeções apontavam para a sua vitória, mas os resultados das eleições não confirmaram tal favoritismo, suscitando a curiosidade pela investigação do fato por estudiosos e até pelo próprio partido. De acordo com Cardoso (1996b), dentre as causas relacionadas à derrota do partido pesa a juventude dos seus membros, pois nas sociedades africanas ainda prevalecem sólidas as ideias-forças que tendem a distanciar os jovens do poder decisório, reservando-lhe apenas a execução, frisado anteriormente. Observada desse ângulo, a maciça participação da juventude na esfera da decisão do partido talvez possa estar relacionada ao baixo desempenho eleitoral. Como um sinal de protesto ou até de desconfiança numa juventude supostamente inexperiente.

Considerações finais

A difícil transição democrática na África decorre de causas complexas e de difícil apreensão, tal como as discussões acima apresentam. Logo, qualquer tentativa de oferecer uma resposta rápida, incorre-se numa grosseria sem tamanho. A realidade objetiva aponta-nos para uma complexidade que remontam a cultura pré-colonial e fortemente calcada no poder gerontocrático. O nepotismo, clientelismo, compadrio e a personificação do poder são práticas ainda tidas como normais. Aqui parece que devemos abrir um parêntese para discutir a validade desses conceitos nessas culturas, pois ao que parece, em grande parte desses sistemas de governos não reconhecem crimes nesses atos, mesmo previstos na constituição, apontando para um distanciamento entre a lei formal e a prática objetiva dos atos administrativos. Paira um acordo tácito entre os operadores da justiça e os governantes, calcada no princípio de que o escrito e a constituição são meras formalidades e quem tem o poder de fazer o que “bem entender”, do ponto de vista da administração e dos recursos, é o governo, podendo respeitar ou não os princípios constitucionais.

Tais considerações foram fundamentadas na discussão empenhada por Chabal e Deloz e as de Mamdani, já que, para os primeiros, a cultura africana influenciou mais fortemente o processo de desenvolvimento dos países africanos do que o seu passado colonial e as características daí advindas; ao passo que Mamdani, sublinha o contrário, afirmando que os determinantes dos modos de ser e de estar dos povos africanos têm as suas explicações no modo de colonização europeia. Entretanto, saber de onde advêm essas práticas parece o que menos importa para suas populações, e sim, criar condições e mecanismos de peso e contra peso com vista a uma conduta que inspira a boa governação. A Guiné Bissau evidencia-se como um sintoma da anomalia daquilo que chamamos da (in)transição democrática, pois desde a sua aderência formal ao sistema democrático em 1991, tendo a sua primeira eleição em 1994, nunca houve o término do mandato de um governo eleito democraticamente, colecionando espancamentos, assassinatos de líderes políticos, chefias militares, do chefe do estado maior das forças armadas e do presidente da república. O fato curioso que marcam os golpes é que os militares não costumam assumir o poder, visto que os golpes não costumam ser puramente militar e sim, político-militar. Do ponto de vista das causas dos golpes, o que a observação empírica remete-nos, contraria algumas respostas anteriores dos pesquisadores que apontam as causas dos golpes como sendo a luta pelo poder.

A nossa constatação é de que, os golpes na Guiné-Bissau, tem a ver com a profunda desigualdade social, a falta de regras burocráticas e de progressão funcional, um magro salário no qual o grupo no poder domina todo aparato econômico e financeiro, deixando o grosso da sociedade a definhir. Tais práticas mantem a maioria da população na marginalidade sem nenhuma possibilidade de acesso à justiça, pois essa última trincheira numa democracia também costuma estar tutelado pelo poder executivo. Gerando-se um ciclo vicioso e uma descrença na ação política e cívica como forma de reverter a realidade, mitigando boa governação, as manifestações cívicas costumam ser violentamente reprimidas como forma de o estado apresentar-se absoluto. Com efeito, podemos afirmar que o país vive quase uma anomia econômica, pois existem relatos verídicos fartamente documentados nos jornais, pela União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, sobre os salários atrasados dos funcionários públicos que beiram quase 100 meses. Esse estado anômico parece produzir um efeito, no qual os que estão a margem acabam reconhecendo no golpe a única possibilidade de acesso aos recursos do país. Dessa forma, os políticos que estão fora do circuito do poder, em articulação com os militares a margem, ou insatisfeitos, protagonizam o golpe. Sendo bem sucedido, os militares garantem as suas graduações de patentes, altos salários e os privilégios de quem está no poder, e os políticos irmanados, por sua vez, garantem os seus privilégios até que ocorra um novo golpe.

THE DEMOCRATIZATION PROCESS IN AFRICA: THE DIFFICULT TRANSITION IN GUINEA-BISSAU

ABSTRACT: *This study examines the democratic transition in Africa, taking as reference some notable episodes resulting from this process in Guinea-Bissau. The research brought to the fore the vertically established constraints established by international institutions, World Bank and International Monetary Fund, for economic and political openness on the continent. Also it discussed the difficulties, impasses, vicissitudes that made these transitions a great extent painful.*

KEYWORDS: *Democratization. Africa. Guinea Bissau.*

REFERÊNCIAS

- ÁLVARO JUNIOR, G. et al. **Caminhos para a democracia em África**. [S.l.]: Ed. Freitas Brito, 1998.
- AUGEL, J.; MEYNS, P. Processos de transição na África Lusófona. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n.3, p.7-50, jul. 2002.
- CARDOSO, C. Guineenses contra guineenses: para um debate sobre a(s) identidades(s) na Guiné-Bissau. In: AUGEL, J. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996a. p.167-173. (Kacu Martel, v.10).
- CARDOSO, C. As surpresas das primeiras eleições multipartidárias. In: AUGEL, J. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996b. p.53-57. (Kacu Martel, v.10).
- CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: AUGEL, J. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996c. p.13 -39. (Kacu Martel, v.10).
- CARDOSO, C. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, [20-]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2434/1/CEA_OP5_Cardoso_Elite.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- CHABAL, P. A transição democrática em África: problemas e perspectivas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADE DA PRAIA, 1998, Cabo Verde. **Que Estados, que Nações em construção nos cinco?** Praia: Fundação Almicar Cabral, 1998. p.143- 157.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**, São Paulo: M. Fontes, 1999.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HUNTINGTIN, S. **A terceira onda**: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- MENDY, P. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, F.; MENDY, P. K. (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996. p.11-65.

MONTEIRO, H.; MARTINS, G. Os efeitos do programa de ajustamento estrutural no setor da educação. In: MONTEIRO, I. (Coord.). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996. p.117-202.

MOUTINHO, L. Sobre danos, dores e reparações: the moral regeneration movement – controvérsias morais e tensões religiosas na ordem moral Sul-Africana. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). **Travessias antropológicas**: estudos em contextos africanos. Brasília: ABA, 2012. p.275-296. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/livros/Travessias_miolo_web.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

NÓBREGA, Á. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas, 2003.

SEILER, D.-L. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte1. Tradução de Augustin Wernet. 4.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2001.

Recebido em 10 de outubro de 2017

Aprovado em 17 de janeiro de 2018

